

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESPACIAL E A ORGANIZAÇÃO DA MORADIA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO DF E ENTORNO

**Valéria Andrade Bertolini\***

**Fernando Ferreira Carneiro\*\***

### RESUMO

Este trabalho tem o intuito de apresentar contribuições sobre o planejamento espacial dos assentamentos de Reforma Agrária e a organização da moradia. Devido à diversidade de situações existentes em todo o país, trata-se aqui da realidade do DF e entorno. Constitui-se de duas partes: a primeira com a apresentação do estado da arte e reflexões teóricas sobre o tema e, a segunda com os condicionantes e agravantes da realidade do entorno do Distrito Federal e algumas contribuições práticas sobre a organização da moradia. No planejamento de um assentamento, consideram-se os aspectos produtivos e o uso de recursos naturais existentes para se definir as formas e modelos de parcelamento. Porém, nos assentamentos do MST, busca-se pensar o espaço de maneira “sistêmica”, ou seja, a vida no centro do projeto. Entre as estratégias empregadas encontram-se o estímulo ao convívio e à participação social e novas formas de relacionar produção e aproveitamento dos recursos naturais.

**PALAVRAS CHAVE:** reforma agrária, MST, moradia, planejamento espacial, assentamentos de reforma agrária.

### ABSTRACT

This work has intention to present contributions on the space planning of the nestings of the Agrarian Reformation and the organization of the housing. Due to diversity of existing situations in all the country, one is about the reality of the DF. One consists two-piece: first with the presentation of the state of the art and the theoretical reflections on the subject and, second with the practical aggravations of the reality of the Federal District and some contributions on the organization of the housing. In the planning of a nesting, the productive aspects and the use of existing natural resources are considered to define the forms and models of division. However, in the nestings of the MST, one searches to think the space in "sistemic" way, or either, the life in the center it project. Between the employed strategies they meet the stimulatón to the conviviality and the social participation and new forms to relate production and exploitation of the natural resources.

**Key-words:** agrarian reform, MST, housing, space planning, nestings of agrarian reform.

\*Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Militante do MST/ DF. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/ UnB.

\*\* Doutorando em Ciência Animal pela Escola de Veterinária da UFMG.

## 1 - ESTADO DA ARTE E DISCUSSÃO TEÓRICA

### 1.1. Ordenamento espacial e unidades produtivas

O planejamento do espaço agrícola, devido à finalidade da conquista da terra para produzir, encontra-se relacionado à conformação da unidade produtiva (ou parcela). Existem diferentes tipos de unidades produtivas e formas de exploração (plantio), não havendo necessariamente alguma relação entre elas. Podem coexistir formas de exploração coletivas e individuais em propriedades estatais, coletivas, cooperativas, comunitárias. As unidades produtivas podem ser agrupadas em quatro grupos: familiar, cooperativo, autogestionário e estatal.

A propriedade individual de parcelas de terras “não impede que os camponeses se organizem para explorá-las coletivamente através de cooperativas ou agrupamentos mais avançados de autogestão. Muitas combinações são possíveis entre os diversos tipos de propriedades e os diversos tipos de exploração” (VEIGA, 1986, p.34).

No caso brasileiro, o Estatuto da Terra estabelece duas formas para as unidades produtivas das terras desapropriadas: a propriedade familiar (também conhecida por lote individual) e a associação de agricultores organizados sob regime cooperativo (as cooperativas ou grupos coletivos). No censo agropecuário do INCRA, de 1996, a distribuição das formas de exploração dos beneficiários constava de 86,59% individual, 8,03% mista e 5,38% coletiva (BRASIL, 1997). A experiência de movimentos sociais como o MST inclui para o parcelamento das unidades produtivas tanto a forma individual, quanto a coletiva e um modelo *híbrido* que são os núcleos de moradia.

Além da unidade produtiva, é preciso considerar também a existência de uma gama variada de situações de ordenamento e reordenamento espacial das populações no campo. Destacam-se, por exemplo, os programas de colonização dos governos militares e programas de reassentamento de famílias de agricultores atingidos por barragens. No tocante aos assentamentos de reforma agrária, Leite et al (2004) também apontam uma variedade de situações como a regularização de terra de posseiros, áreas reivindicadas por movimentos de luta pela terra como o MST ou sindicatos, reservas extrativistas como as dos seringueiros, usinas falidas desapropriadas para os próprios trabalhadores locais, dentre outros.

## 1.2. Caracterização espacial dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil

Os assentamentos, geralmente, são áreas de antigos latifúndios<sup>1</sup>, conquistados por trabalhadores rurais sem-terra por meio do processo de ocupação (acampamento no local). A área dessas fazendas passa por nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades. São realizadas alterações na conformação do espaço local, no sistema produtivo e nas relações sociais, de forma a viabilizar a implantação do assentamento. Segundo Ademar Bogo, “o mais difícil não é o processo de conquistar a terra, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados...” (BOGO, 1999, p.35). A terra do antigo latifúndio passa a ser compartilhada por muitas famílias inseridas agora numa comunidade.

Variando de estado para estado<sup>2</sup>, o parcelamento do assentamento envolve o zoneamento e a delimitação dos seguintes componentes:

- Reserva permanente – Áreas existentes de proteção ambiental, intocável, correspondendo às margens de rios, encostas<sup>3</sup>...;
- Reserva legal – De acordo com as resoluções ambientais que podem variar de estado para estado, 20 a 30% de toda a área do assentamento são destinadas à reserva legal (80% na Amazônia). Não se pode extrair madeira, mas, há a possibilidade (desde que controlado) do extrativismo vegetal (frutas regionais) e do plantio de mudas nativas. Algumas áreas inaproveitáveis para cultivo agrícola também costumam ser designadas como reserva legal visando ao reflorestamento.
- Lotes ou Parcelas – Extraídas as reservas, o que sobra de área aproveitável para a agricultura e pecuária é parcelado, considerando-se o número de famílias e o módulo rural local. Em áreas onde a exploração é coletiva, não há divisão dos

<sup>1</sup> Palavra empregada desde a Roma antiga para designar grande área de terras sob a posse de um único proprietário. No Estatuto da Terra (1964) foi empregada para designar grandes propriedades improdutivas.

<sup>2</sup> Acrescidos às leis governamentais, há estados (como é o caso de São Paulo) que possuem legislação própria para tratar dos assentamentos. O tratamento das questões ambientais também apresenta variações entre os estados.

<sup>3</sup> A definição das áreas de reserva permanente e legal bem como o licenciamento ambiental para projetos de assentamentos deve basear-se nas seguintes leis: Constituição federal Art. 225; Código Florestal, lei 4.771/65; lei 6.938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente; as resoluções CONAMA 237/97 e 01/86; a lei de Crimes Ambientais 9.605/98 e as respectivas legislações estaduais e municipais.

lotes. Em alguns casos, as áreas de reserva legal são retiradas nos fundos dos lotes. De acordo com manual do INCRA:

As parcelas deverão ser planejadas e distribuídas de forma que as mesmas tenham, preferencialmente, acesso à água, localizado nas partes baixas, e a rede viária, que deverá ser projetada nos divisores d'água, que dão acesso aos lotes. Este tipo de planejamento permitirá que a frente da parcela fique na parte alta (estrada) e o fundo voltado para a drenagem ou aguadas. (INCRA, 2004).

No parcelamento, define-se também área comunitária (variável por região) para implantação de equipamentos (escola, centro comunitário) e de atividades de lazer. Em alguns assentamentos, utiliza-se a área da antiga sede da fazenda visando a aproveitar as estruturas existentes.

Consideram-se como elementos do orçamento do projeto para a implantação do assentamento os serviços de topografia, a locação das estradas e a perfuração de poços (nos casos necessários). Demais elementos como escolas, centros comunitários, postos de saúde vão depender de projetos específicos (federais, estaduais, municipais, de organismos financiadores via ONGs) ou de conquistas obtidas pela pressão de famílias assentadas.

Em estudo recente, envolvendo seis regiões brasileiras<sup>4</sup>, Leite et al (2004) traçam um apanhado médio da utilização das áreas dos lotes para a safra 1998/99. A forma de utilização das áreas dos lotes apresentou 40% da área para reservas, 39% para pastagens, 16% de área cultivada e 5% de áreas não aproveitadas<sup>5</sup>. Observa-se que as áreas destinadas à reserva nos assentamentos ultrapassam os valores médios de reserva legal definidos por lei (20 a 30%). A utilização da área dos lotes divide-se em cultivos e pastagens, sendo esta última a maior parte. São poucas as áreas não aproveitadas decorrentes de áreas inadequadas e/ou da falta de recursos financeiros para sua utilização.

Com relação à organização e localização, as moradias podem estar situadas nos lotes individuais ou em agrovilas conforme as seguintes situações:

<sup>4</sup> Sul da Bahia, sertão do Ceará, Entorno do Distrito Federal, sudeste do Pará, oeste de Santa Catarina e, Zona canavieira nordestina.

<sup>5</sup> O estudo focaliza, apenas, o uso das áreas dos lotes acrescido das áreas de reservas, não abrangendo os demais componentes do parcelamento como as áreas comunitárias. As áreas não aproveitadas existentes nos lotes possuem condições de solos desfavoráveis e/ou não utilizadas por falta de recursos financeiros.

- Lotes individuais – As casas são construídas nos lotes, geralmente quadrados ou retangulares. Comumente sobrepõe-se uma malha reticulada sobre o perímetro da área, situação que muitos assentados denominam de *quadrado burro*, pois, muitas vezes, não são consideradas características locais como tipo de solo e acessos. Os equipamentos comunitários se encontram na área coletiva determinada em um ponto do assentamento.

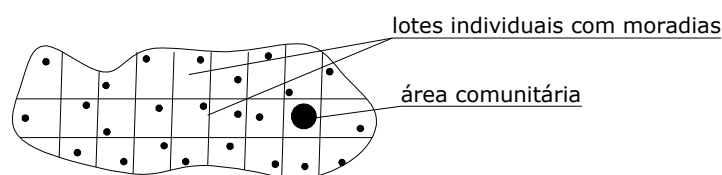


FIGURA 1 – Croqui de assentamento com lotes individuais

- Agrovilas - As casas são construídas próximas, num núcleo social onde se busca promover a convivência e facilitar o acesso a uma estrutura básica (energia, água, escola, transporte); podem estar associadas tanto à forma individual de parcelamento, quanto à coletiva. No interior das agrovilas, há local reservado à construção dos equipamentos comunitários.

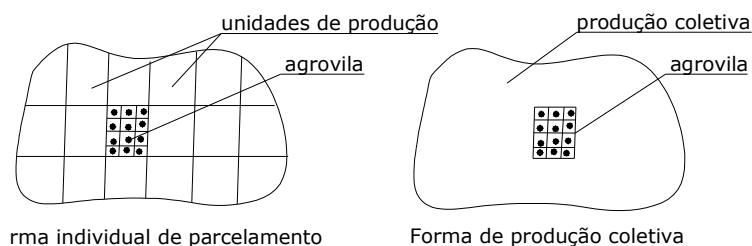


FIGURA 2 – Croqui de assentamentos com agrovila

- Núcleos de moradia – Comumente chamados de *raio de sol* devido ao formato de alguns núcleos. Diferem da agrovila pelo fato das casas serem construídas nos lotes. O assentamento é parcelado em lotes individuais com desenho que facilite a proximidade entre as diversas moradias. Dentro dele, existem vários núcleos de 10 a 15 famílias, em média, cujo tamanho varia de acordo com a topografia, a

hidrografia e as estradas existentes. No interior de cada núcleo, reserva-se uma área coletiva para aquelas famílias. A área comunitária de todo o assentamento localiza-se num local central, podendo estar inserida no interior da área de um dos núcleos.

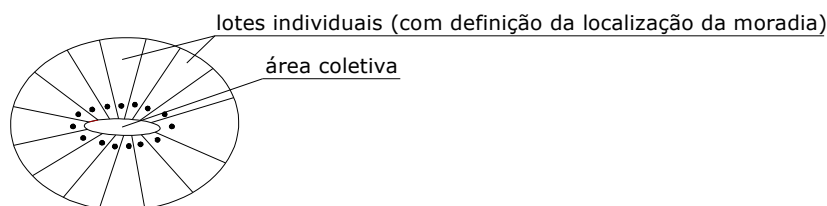


FIGURA 3 – Esquema de núcleo de moradia

A partir de 1998, como premissa para a implantação de novos assentamentos, o governo federal passou a solicitar a realização de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), definindo questões de infra-estrutura, moradia, produção. Esses planos visam a elaborar estratégias de planejamento de tal forma que o processo de ocupação e organização da produção possa obedecer a uma lógica que permita o alcance de melhores resultados em termos de produtividade e qualidade de vida. Porém esse serviço, comumente terceirizado, apresenta como resultado um volume extenso arquivado nas sedes regionais do INCRA, não havendo acompanhamento posterior. Ainda que os trabalhadores sem-terra pressionem o governo para realizar o parcelamento e a distribuição dos créditos, o histórico de atuação governamental no planejamento do assentamento ocorre de forma impositiva não havendo maior participação da comunidade local.

### 1.3. Assentamentos do MST

A realidade dos assentamentos do MST passa por distintos processos históricos e peculiaridades locais. O MST não visualiza um assentamento somente como unidade produtiva, mas, “... o renascimento da vida humana e da natureza. Este é um dos princípios básicos que orientam as atividades do MST nas áreas conquistadas.” (MORISSAWA, 2001, p.237). Considera, portanto, necessário desenvolver a convivência e a participação das famílias no processo de construção do assentamento:

Após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo, etc., que são lutas que interessam diretamente àquela comunidade... A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na própria terra o seu fim. Perder o vínculo pela organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 85).

A organização produtiva dos assentamentos amadurece, ao longo dos anos, com a realidade vivenciada pelas famílias (uma premissa no MST). Em 1986, surge a comissão de assentados voltada para discutir e dar encaminhamento às dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas. Nos anos 90, estabelece-se o setor de produção, organizando a produção por meio das associações de produtores, cooperativas, assistência técnica e crédito. Com o advento das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)<sup>6</sup>, fomenta-se a discussão sobre como planejar um novo modelo de assentamento que estimule a convivência e a participação. Porém, Martins (2004) apresenta a seguinte ressalva em relação às CPAs:

Ocorre que esta forma de cooperação foi incapaz de absorver a maioria da base social do MST. Este contingente de pessoas tratou de optar pelo lote familiar individual como forma de superação da sua subalternidade antes vivida. Para estes trabalhadores, o sentido de liberdade era dispor de seu lote e de sua força de trabalho (e de sua família) organizando de sua maneira a vida que melhor lhe convinha. A coletivização não se colocou no horizonte desta fração de classe do proletariado. Portanto, as CPAs absorveram pequenos grupos de famílias de trabalhadores rurais, sendo uma forma de cooperação restrita àqueles assentados que apresentaram uma melhor compreensão do processo histórico vivido. Elas não massificavam a cooperação agrícola no interior do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MARTINS, 2004, p.170).

Em relação à organização da moradia, a maioria das famílias, ao optar pela produção no lote familiar, preferia também morar no lote. Entretanto, o sistema produtivo não se

---

<sup>6</sup> As CPAs são grupos de produção coletiva que se constituem como empresa. Um estudo mais aprofundado encontra-se no “*Caderno de formação n.º 21*” do MST.



encontra necessariamente vinculado à organização da moradia<sup>7</sup>. As variações encontram-se relacionadas a peculiaridades e/ou alternativas locais. Em regiões onde há uma carência maior de água (principalmente no nordeste), independente do sistema produtivo, as famílias costumam morar em agrovilas onde se instalam poços artesianos profundos.

No ano de 1994, após reunião do setor de produção em Rondônia, a moradia passa a ser considerada um elemento principal, aglutinador para a cooperação e a participação e, também, como instrumento para um novo modelo de produção. Nesse sentido, surgem novas propostas de organização da moradia, como é o caso do núcleo de moradia, também conhecido como *raio de sol*, visando, além da economia com infra-estrutura, a melhoria da organização das famílias:

O MST aprendeu que era possível combinar o interesse individual (ter a posse da terra) com o interesse da organização (estimular a convivência e a participação). Assim desenvolveu diversas experiências de cortes das fazendas desapropriadas, organizando as moradias de maneira que aproximassem as famílias (conforme suas opções), viabilizando uma estrutura física de tal ordem que facilitou a convivência e organização dos núcleos de base (participação social) (MARTINS, 2004, p. 196).

A partir de 2001, dá-se início a experiências de PDA com equipes do próprio movimento. Esse instrumento passa a ser empregado como elemento potencializador dos princípios do MST. Em 2003, elabora sua própria metodologia nas oficinas desenvolvidas no sul, sudeste, centro-oeste e nordeste. Na proposta do MST (inicialmente denominada de Planejamento e Organização do Assentamento):

O pressuposto é a participação social entendida como processo de empoderamento das informações e tomada de decisões pelas famílias. As famílias são entendidas não como unidades individuais, mas como parte de coletivos diversos, sendo: os núcleos, os setores e a coordenação (...) O planejamento e organização do assentamento deve considerar as especificidades sócio-culturais dos grupos de famílias que ali estão; a relação como o meio ambiente e entre si. Por isso, a disposição e formato dos lotes

---

<sup>7</sup> Caso esta situação fosse regra, a conformação seria: casas nas agrovilas para CPAs, coletivos e semicoletivos e casa no lote para lote individual.



devem permitir o estabelecimento de laços comunitários fortes, permitindo o desenvolvimento social em sua plenitude (MST, texto não publicado).

Além dos mecanismos de organização da produção e moradia, outras estratégias foram sendo tomadas visando a sobrevivência dos assentamentos no processo histórico da política agrícola brasileira. As estratégias atuais do setor envolvem: produzir alimentos para consumo e excedentes para comercialização; produção de variedades/diversificação alimentar; organizar a produção e comercialização por meio de cooperativas; produção de sementes para ter autonomia, não dependendo do mercado de insumos; agricultura ecológica, sem agrotóxicos e com tecnologias alternativas; explorar a potencialidade de extrativismo da região; implantação de agroindústrias de beneficiamento, entre outros.

#### 1.4. Reflexões teóricas para auxiliar na análise espacial de assentamentos do MST

##### Campo e cidade

A relação moradia / produção / natureza tem sido abordada por pensadores e urbanistas ao longo da história. No século XIX, Robert Owen e Charles Fourier – também chamados de socialistas utópicos – já relacionavam a questão do planejamento produtivo à moradia. Owen, com sua empresa em *New Lanark* (Escócia), incorporou a cidade e o campo. Fourier idealizara os Falanstérios<sup>8</sup> compreendendo “todo um mundo composto de refletidos sistemas sociais, psicológicos, econômicos e técnicos, e baseado em conhecimento e imaginação, mas sem nunca haver sido posto em prática” (CORNELL, 1998, p. 111).

Mais tarde, (fins do século XIX e início do século XX), Camillo Sitte e Patrich Guedes idealizavam o planejamento como um todo, envolvendo a cidade e o campo. Na seqüência de suas idéias, o urbanista Ebenezer Howard levantara propostas de ‘Cidades Jardins’ visando a interação entre o urbano e o rural. “A nova forma de construção social seria movida com

---

<sup>8</sup> Sociedade baseada em comunidades de até duas mil pessoas. Estas viveriam em fazendas coletivas agroindustriais, onde todos desempenhariam suas tarefas em proveito da comunidade. As pessoas deveriam trabalhar apenas no que quisessem. Os falanstérios seriam edifícios-cidade que abrigariam todos os membros da comunidade e onde seriam instalados bens coletivos como cozinha e biblioteca. (fonte: <http://geocities.yahoo.com.br/jonhassuncao/presocialismo.htm>)

comércio, lavoura e indústria. De preferência, devia ser auto-sustentável e dotada de todas as instituições necessárias: moradias, parques e demais serviços” (CORNELL, 1998, p. 146). Howard buscava cidades sustentáveis relacionando a moradia com o trabalho.

Atualmente, discute-se a sustentabilidade do projeto urbano embora não exista mais um vínculo tão forte entre cidade e campo. Empregando questões ecológicas, Gouvêa, considera sustentável o projeto que “na sua implantação e manutenção gaste menos energia e insumos básicos, que gere menor impacto ecológico e que satisfaça as exigências culturais locais e regionais, para que as gerações atual e futura tenham suas necessidades atendidas”. (GOUVÊA, 2004)

No âmbito rural, recentemente, algumas correntes ambientalistas abordam a relação moradia-produção em núcleos denominados de ecovilas, centrados na questão ecológica. Os assentamentos de reforma agrária, vinculados ao MST, diferem das ecovilas por serem fruto de movimentos sociais e, apesar de apresentarem estratégias relacionadas à natureza, têm no processo de transformação social seu foco principal.

O planejamento de assentamentos rurais não corresponde somente à implantação de elementos urbanizadores (núcleo comunitário com escola, centro comunitário, área de lazer, estradas), mas também moradia e produção no contexto dos trabalhadores rurais, considerando suas relações sociais e com a natureza. O planejamento surge na apropriação do espaço como forma de poder. No espaço físico do assentamento... “Do ponto de vista dos movimentos sociais que fazem a luta pela terra, um assentamento é sinônimo de terra conquistada... é um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão” (CALDART, 2000, p. 120). A materialidade do espaço não mais se limita à constituição material dos lugares. Passa a incluir a presença ativa neles contida, que os relaciona entre si. Seu conhecimento não se reduz ao da forma sugerida por uso imediato, mas forçosamente considera as qualidades da totalidade social de que é parte. Uso e presença são parte do modo de produção e do modo de vida maior, da formação socioeconômica vigente e das qualidades herdadas (SVENSSON, 2001).

A sustentabilidade em um assentamento de Reforma Agrária

Nossa preocupação deve estar relacionada com a mudança da aparência física do latifúndio. O assentamento é o renascimento da vida humana e da natureza, por isso é fundamental estabelecer uma política de desenvolvimento econômico, social e humano, preservar o meio ambiente, recuperar as nascentes dos rios, reflorestar as áreas devastadas... (BOGO, 1999, p. 103).

Ademar Bogo, militante do MST, levanta a existência de novas relações sociais inseridas no processo de construção do assentamento, bem como uma preocupação com o uso dos recursos naturais e outros fatores que muitos estudiosos relacionam ao conceito de sustentabilidade.

Desde a publicação do informe Brundtland<sup>9</sup>, a palavra sustentabilidade está comumente relacionada a desenvolvimento. Joan Martinez Alier critica essa questão ao afirmar que “O crescimento econômico (rebatizado como ‘desenvolvimento sustentável’) é um remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental: essa foi a mensagem de Brundtland, que relegou a um segundo plano a questão da redistribuição e da equidade” (ALIER, 1998, p. 100). Ao contrário de uma das premissas do informe, a de que a pobreza é uma das causas da degradação ambiental, poderíamos seguir outro caminho: “as rendas e a riqueza desiguais levam à pobreza, e a pobreza à degradação ambiental.” (ALIER, 1998, p.127) A pobreza, mais que uma causa, é um efeito do atual modelo de desenvolvimento. Observa-se “profunda contradição e impossibilidade de conciliação entre progresso, crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais que, em última instância, sustentam o processo de produção e consumo. Em outras palavras não há sustentabilidade no modelo de desenvolvimento vigente”. (TAVARES, 2002, p. 13).

Porém, o MST busca outro modelo de sociedade, mais justa, centrada nos interesses de uma população a que Milton Santos denominou de *nação passiva*. Segundo esse pensador, existe uma *nação passiva* – onde podemos incluir os trabalhadores sem-terra do campo – que se encontra à margem ou participa de forma residual do mercado global:

A “nação passiva” é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu entorno, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém

---

<sup>9</sup> Relatório denominado “Nosso futuro comum” publicado em 1988 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e na contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Essa nação passiva mora ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso (SANTOS, 2002, p.96).

Esta nação passiva, a princípio, encontra-se desarticulada pelas pressões dos interesses globalizados da “nação ativa”, mas:

[...] a tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo pela sua experiência da escassez torna possível a produção de um projeto, cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência – daí sua veracidade e riqueza (SANTOS, 2002, p.96).

Para trabalhar sustentabilidade em um assentamento, na dinâmica dessa *nação passiva*, é preciso considerar seu *enraizamento*, suas necessidades reais. Para Ademar Bogo do MST, é preciso “Colocar a preservação e o desenvolvimento da vida no centro do projeto”. A vida do agricultor possui uma dinâmica própria, as pessoas produzem no mesmo local em que consomem e moram “... na vida do camponês, os aspectos econômicos estão profundamente associados, misturados aos aspectos sociais... Teremos que contemplar em nossas ações propostas para as diversas esferas da vida humana e não apenas para as necessidades econômicas” (MST, 2001).

Um processo de Reforma Agrária abre perspectivas de recuperação de áreas degradadas e o cuidado com as áreas ambientais pelas próprias famílias assentadas. Nesse âmbito, o MST elabora os “Nossos compromissos com a terra e com a vida” e, entre suas resoluções políticas, encontra-se “a luta em defesa do meio ambiente e da biodiversidade”. As estratégias de ação do MST para a construção de um programa ambiental envolvem: o “*planejamento e a organização territorial do assentamento*” e a adoção de uma prática

agrícola diferenciada, utilizando o ”manejo da agrobiodiversidade com enfoque na agroecologia”<sup>10</sup>.

### Planejamento e participação como processo de aprendizagem

Considerando que o objeto principal do MST não é a terra, e sim as pessoas, tratar da sustentabilidade num assentamento implica compreender de que forma ele foi planejado e como acontecem as relações atuais internamente.

Na realidade rural dos assentamentos do MST, as idéias de planejamento e gestão estão inseridas no processo de participação e formação da consciência social do Sem-Terra. “A consciência social é a resultante natural de uma situação em que a convivência é intensa e as pessoas assumem a condução do núcleo social, participando amplamente de suas decisões. Isso faz parte da concepção de assentamento do MST: uma estrutura social que proporciona o convívio e permite a participação” (MORISSAWA, 2001, p. 227). Mais do que unidade produtiva, o assentamento para o MST é um centro de convivência.

A participação, em todos os processos de decisão num assentamento, é elemento de formação de cidadania nos assentados. Tem-se a necessidade da participação como processo de transformação da realidade e aprendizagem. A participação surge como elemento educador – entre os princípios filosóficos referentes ao setor de educação do MST, encontra-se a “educação para a transformação social” – como processo permanente de formação/transformação humana.

A participação das famílias de trabalhadores rurais sem-terra no planejamento do assentamento corresponde a um dos elementos do processo de aprendizagem e mudança de consciência.

## 2. ANÁLISE DA REALIDADE DO ENTORNO DE BRASÍLIA

### 2.1. Histórico da ocupação do espaço rural no entorno do Distrito Federal

---

<sup>10</sup> Cf. ‘*Construindo o programa ambiental do MST para a reforma agrária*’ – texto interno do MST, em construção (não-publicado) / 2004.

De acordo com o historiador Paulo Bertran, as sesmarias mais antigas da área do Distrito Federal datam de 1741. “Embora as bandeiras percorressem a região desde o século XVI, com suas doenças e seus fogos a dizimar os indígenas, a colonização só começou no ano de 1700, em Minas Gerais, depois no Mato Grosso (1718) e, por último, em Goiás (1726)” (BERTRAN, 1994, p.18).

Grandes fazendas de gado, instaladas nas áreas de cerrado propícias ao desenvolvimento da pecuária extensiva, dinamizaram a ocupação da região a partir do século XVII:

As fazendas, com seus vaqueiros e agregados, mantinham em suas margens núcleos de agricultura de subsistência, conjugando um padrão de convivência e dependência entre os grandes latifundiários e os colonos, moradores, parceiros e posseiros. Os primeiros municípios da região foram sendo construídos entre as grandes fazendas, como entrepostos de tropeiros... (LEITE et al, 2004, p. 49)

Com a criação do Distrito Federal, passando a capital do país para Brasília em 1960, as regiões de seu entorno imediato passam a sofrer mais influência da capital federal do que a capital de seus estados. Um dos principais elementos dessa zona de influência foi a questão da migração, principalmente do norte e nordeste, aumentando o número de municípios e a população. A região passa a sofrer a valorização das terras devido à proximidade da capital e ao intenso fluxo migratório. O processo de ocupação fica marcado pela discrepância entre a modernidade representada por Brasília e o atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva de seu entorno.

O quadro rural começa a se alterar a partir da década de 1960, com o processo de modernização da agricultura e os investimentos governamentais para viabilizar projetos agrícolas no cerrado. Dentro das linhas políticas dos governos militares observa-se que:

O estado teve um papel relevante neste processo por meio da oferta de abundantes recursos a taxas de juros negativos e incentivos à pesquisa de variedades vegetais adequadas ao cerrado. Durante as décadas de 60 e 70 foram implementados vários projetos de desenvolvimento agropecuário nesta região (federais e estaduais) (...). Estes projetos e programas acabaram por reforçar a tendência histórica de concentração fundiária dessa região. Parte dos recursos advindos desses projetos foram indevidamente

direcionados para a pecuária extensiva, com conseqüências sociais ainda piores (LEITE et al, 2004, p. 58).

Esse processo intensificou a concentração fundiária, levando à expropriação de pequenos proprietários e posseiros, ocasionando o aumento dos conflitos agrários.

A partir da década de 1970, começam a surgir mobilizações mediadas pela igreja católica e movimento sindical (CUT). Os conflitos se intensificam e, na década de 80, começam as ocupações de terras improdutivas por meio das federações de trabalhadores rurais, gerando os primeiros assentamentos na região. No noroeste mineiro, os marcos referenciais foram as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmeirinha, em Unai (1984), e Fruta D'Anta, em João Pinheiro (1986); a primeira devido a conflitos com posseiros ameaçados de expulsão e a segunda por ação do movimento sindical. No nordeste goiano, o principal agente era o movimento sindical de trabalhadores rurais, além de movimentos de atuação local.

Os atuais movimentos de luta pela terra são oriundos desse processo histórico. Alguns atuam de forma isolada e boa parte deles encontra-se ligada a sindicatos e associações, embora desarticulados entre si. Muitas famílias descrentes do processo de lutas dos sindicatos encontram-se hoje no MST. As configurações políticas variam para cada município.

Embora já consolidado em Goiás e Minas Gerais desde a década de 80, no Distrito Federal e região, o processo de organização do MST começou em 1992, através de experiências espontâneas e isoladas. O marco de nascimento foi a ocupação da fazenda Barriguda I, em Buritis, noroeste de Minas Gerais, no dia 1º de setembro de 1995 por 650 famílias, originando o assentamento Mãe das Conquistas. Ainda em 1995, o MST inicia as ocupações do entorno em Goiás com 150 famílias no município de Água Fria – hoje assentamento Terra Conquistada. Atualmente, o MST envolve 11 acampamentos com 1957 famílias e 23 assentamentos com 1696 famílias, num total de, aproximadamente 3000 famílias na região.

Com as pressões dos movimentos sociais, o INCRA, visando tratar das questões agrárias no entorno do Distrito Federal, cria, em 1998, a Superintendência Regional SR28 que passa a atender municípios do noroeste mineiro, nordeste goiano e entorno sul de Brasília.



Compreendem o que se denomina de Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (RIDE). São áreas que possuem maior influência da capital federal do que as capitais de seus estados.

Em relação à caracterização das famílias, existem camponeses com uma cultura típica da região e migrantes de outras regiões do país. Há migrantes de caráter urbano e rural. Quanto mais próximo de Brasília, mais diversificada é a origem e o processo anterior de trabalho das famílias. Dessa interação de interesses e culturas distintos, podem surgir fatores novos na dinâmica dos assentamentos. Neste emaranhado de origens e realidades, vai-se conformando a cultura dos trabalhadores rurais sem terra da região.

## 2.2. Contexto atual em que se inserem os assentamentos do entorno do DF

Considerando o processo histórico, as formas de ocupação características das áreas rurais do entorno (Minas e Goiás), (podendo ocorrer interações entre elas) compreendem:

- Fazendas de exploração agrícola que empregam trabalhos sazonais. Moram nessas fazendas algumas famílias de trabalhadores rurais que fazem algum tipo de trabalho ‘*à meia*’ e ‘*cuidam*’ da fazenda. O restante dos trabalhadores rurais denomina-se ‘*bóia-fria*’. Esses moram nas periferias das cidades da região, geralmente cidades pequenas e médias, indo para o campo apenas nas épocas de plantio e colheita;
- Latifúndios improdutivos - Vastas extensões de terras que empregam um ou dois peões para cuidar da terra e de algumas cabeças de gado;
- Fazendas agroindustriais – Médias e grandes fazendas na linha do agro-negócio, com uma produção agrícola de monocultura voltada para a exportação, mecanizada com o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos. Empregam pouca mão-de-obra, mas qualificada como tratorista, administrador e gerente.
- O restante da população do campo se distribui em pequenas propriedades e assentamentos rurais produzindo para subsistência e para o mercado local, além de sítios como áreas de lazer para finais de semana.

Ao longo dos anos, a paisagem do cerrado sofreu modificações, principalmente após o incremento da modernização conservadora, com grandes áreas de monocultura de grãos.

Fazendas *produtivas* de soja são visualizadas nas áreas férteis dos altos das chapadas, onde há abundância de água (marcadas por veredas de buritis) necessária para a instalação de pivôs centrais. Grandes extensões de terra são *limpas* para a instalação de lavouras que empregam insumos agrícolas de forma intensiva durante todo o processo.

O impacto sofrido na região decorrente do desmatamento pode ser constatado na maioria das fazendas onde as famílias estão acampadas. Fazendo uso do método popularmente chamado de “correntão<sup>11</sup>” o fazendeiro desmata a área enviando madeira para carvoeiras. No local, cultiva-se pasto ou deixa-se a vegetação renascer novamente para retornar ao ciclo do desmatamento. O descaso com a preservação das áreas de nascentes e leito dos rios acarreta a diminuição gradual do volume de água.

A configuração espacial das fazendas destinadas aos assentamentos rurais caracteriza-se por topografia irregular, terras com desgaste intenso do solo, falta d’água e desmatamento até o leito dos rios (em raros casos a mata ciliar encontra-se preservada). A forma de implantação desconsidera o sítio natural como fontes de água e topografia. Apresentam cercas antigas delimitando extensas áreas de pasto com poucas áreas de cultivo. As estruturas (casas, currais, etc.) encontram-se deterioradas e em estado de abandono. Os agravos no ecossistema local, frutos do desmatamento e das monoculturas plantadas de forma indiscriminada em grandes extensões, são sentidos nos próprios assentamentos de reforma agrária da região. O quadro a seguir ilustra algumas conseqüências da situação levantada acima, como o gado, a soja e a ocupação humana de forma desordenada:

---

<sup>11</sup> Método de desmatamento empregado em áreas do cerrado no qual uma corrente grossa é puxada por tratores derrubando a vegetação existente.

### QUADRO 01

Impactos ambientais presentes nos assentamentos.

Assentamento	Localização	Principais problemas ambientais enfrentados
Mãe das Conquistas	Buritis/MG	Rio Confins contaminado por agrotóxicos pulverizados por aviões nas fazendas do alto da chapada. Rio Urucuia contaminado pelo esgoto do município. Queimadas oriundas de fazendas do outro lado da serra.
Carlos Lamarca	Arinos/MG	Rios transformados em grotas secas devido a destruição de toda a mata ciliar. Falta de água, parcelamento inadequado com assentamento dividido por rodovia federal e famílias assentadas na serra sem ligação com o restante do assentamento.
Oziel Alves I	Planaltina/DF	Derrubada da cobertura vegetal para implantação de monocultura de soja pelo antigo proprietário. A nascente fora drenada e a mata ciliar retirada para desenvolvimento do plantio.
Cunha	Cidade Ocidental/GO	O rio da divisa dos lotes secou devido ao desmate de toda a mata ciliar. (Obs. com o cuidado das famílias e o reflorestamento, estão conseguindo recuperá-lo gradativamente).
Esusa	Auto Paraíso/GO	Área inadequada para assentamento de reforma agrária devido aos terrenos com baixa fertilidade e necessidade de preservação ambiental (próximo a Chapada dos Veadeiros).
Vanderli Ribeiro	Buritis/MG	Falta de água, terrenos com baixa fertilidade, parcelamento inadequado com dificuldades dos órgãos públicos para determinar áreas de reserva.

Considerando-se os problemas ambientais vividos nos assentamentos e o avanço da fronteira agrícola no cerrado pelas grandes monoculturas, observa-se enorme tendência de segregação espacial. Nesta, o agronegócio fica com as melhores terras no alto das chapadas; e os assentamentos, com fazendas antigas, degradadas e com terras irregulares nos fundos de vale.

Acrescido à questão ambiental, o tempo médio do processo de implantação de um assentamento na região varia de 1 a 5 anos, considerando-se desde a ocupação, o acampamento, os trâmites legais (laudo de vistoria, desapropriação, portaria de criação) até o parcelamento e a liberação dos créditos. Porém, segundo os técnicos do próprio INCRA, não há nenhum assentamento local que esteja totalmente implantado. Mesmo entre os mais antigos, há pendências de infra-estrutura ou créditos. Comumente, o resultado do trabalho de empresas contratadas para realizar o PDA, como a EMATER e a Universidade de Brasília, significa um volume extenso arquivado na sede regional (INCRA - SR28), não havendo acompanhamento posterior.

As dificuldades enfrentadas repercutem o quadro, em âmbito nacional, de políticas públicas incipientes. A seguir, encontram-se alguns dos principais entraves à viabilidade dos assentamentos no Distrito Federal e Entorno - fruto da morosidade das ações governamentais:

- Créditos – As principais críticas correspondem à demora na liberação e a valores insuficientes e defasados. Os créditos para plantio freqüentemente saem após o período das chuvas (ex.: ‘custeio’ e CONAB);
- Infra-estrutura – O INCRA não tem verbas suficientes nem funcionários para sua execução e vistoria; em consequência encontram-se assentamentos com falta de água, energia e estradas. O desvio de verbas nos convênios<sup>12</sup> firmados entre INCRA e prefeituras do entorno para melhoria das estradas dos assentamentos ilustram essa situação;
- Saúde – Somando-se às limitações da assistência médica do SUS nas cidades, nas áreas rurais praticamente não há atendimento. As famílias arcam ainda com a falta de transporte e a dificuldade para conseguir meios de locomoção;
- Educação – Há muitos entraves para a construção de escolas nos assentamentos. As famílias encontram-se sujeitas aos interesses políticos de prefeituras que preferem usar o transporte escolar até as zonas urbanas do que manter escolas nas áreas rurais. Com o repasse de verbas do governo federal, algumas disputam as crianças dos assentamentos – como é o caso dos municípios de Arinos e Uruana (MG) em relação aos assentamentos Carlos Lamarca, Carro Quebrado e Chico Mendes.

### 2.3. Proposições para a organização da moradia

Longe de apresentar soluções definitivas, as proposições a seguir representam contribuições à implantação de assentamentos e à organização da moradia. Baseiam-se na análise de assentamentos antigos e nas experiências realizadas em mais recentemente. Dividem-se em linhas gerais, propostas relacionadas ao parcelamento das áreas e propostas relacionadas à organização da moradia.

---

<sup>12</sup> O INCRA entraria com o combustível e as prefeituras realizariam as obras nas estradas com o maquinário de sua frota; porém poucas obras foram realizadas. Os assentados denunciaram desvio de verba e tentativa de barganha política por parte das prefeituras.

Linhas gerais:

Entre as potenciais alternativas a serem implantadas nos assentamentos (algumas já em implementação) encontram-se:

- Experiências de cultivos agroecológicos e sementes crioulas visando a independência do mercado de sementes e de insumos agrícolas;
- A realização de hortas medicinais pelos coletivos de saúde e a manipulação de fitoterápicos como alternativa a determinados medicamentos controlados por multinacionais;
- A implantação de espaços de formação para as famílias, com a realização de cursos;
- A exploração de recursos naturais locais, como a coleta e beneficiamento de frutos do cerrado por meio de projetos junto a ONG's e organismos ambientais;
- A coordenação dos futuros PDA's por parte do MST com a participação das famílias acampadas.

Parcelamento das áreas:

As proposições a seguir correspondem à experiência do parcelamento do assentamento Oziel Alves II no núcleo rural Pipiripau (Distrito Federal).

A disputa política da posse da área com o governo do Distrito Federal levou a coordenação estratégica do espaço pelo MST por meio do parcelamento e da distribuição das famílias nos lotes.

Situada numa região de importância ecológica – a bacia do rio Pipiripau – a fazenda encontrava-se desmatada, e as nascentes, sem proteção vegetal (uma delas chegou a ser drenada); o cerrado ficou preservado apenas nas áreas íngremes.

Antes da realização do parcelamento, foram levantadas as extensões de cerrado que poderiam ser preservadas ou impróprias para a agricultura. Para os espaços agricultáveis restantes, elaborou-se o projeto em conjunto com as famílias. Discutiu-se a melhor forma de realizar o parcelamento, considerando o sítio e a implantação de áreas comunitárias, estradas, energia, água, localização da moradia.

O resultado final foi a distribuição dos lotes em núcleos de moradias. Esse parcelamento propiciou a aproximação das famílias, contribuindo para a organicidade interna e para o melhor controle desse espaço em disputa.

Embasado nessa experiência, recomenda-se:

- Levantar inicialmente as características do sítio natural, definindo as áreas de reserva;
- Planejar em conjunto com as famílias – por meio de reuniões e oficinas nos núcleos de famílias – para que essas tenham conhecimento de todo o processo e se sintam “*autoras*” do projeto. Projetar “*com*” e não “*para*” as famílias;
- Realizar o zoneamento planejando atividades a serem desenvolvidas em todas as áreas.

#### Organização da moradia

Para os assentamentos que apresentarem mais de uma área coletiva:

- Distribuir os componentes por meio de equipamentos e/ou atividades que venham a se complementar, possibilitando o intercâmbio entre as famílias na utilização das áreas coletivas;
- Interligar as áreas e, sempre que possível, localizá-las em espaços centrais e de fácil acesso;
- Definir espaços de produção e lazer, bem como espaços de socialização como as praças e os locais de reunião;
- Apropriar-se das construções existentes, dando-lhes usos que atendam a toda a comunidade;

Para melhor aproveitamento da utilização dos recursos hídricos na moradia:

- Calhas dos telhados direcionadas para reaproveitamento da água da chuva;
- Cisterna para água de chuvas como, por exemplo, as cisternas semi-enterradas construídas manualmente pelas comunidades no semi-árido;
- Reaproveitamento de águas servidas no pomar e hortas;
- Destino adequado dos dejetos do vaso sanitário, podendo ser o sistema de fossa e sumidouro. Em casos de moradias próximas, verificar a possibilidade do uso de sistemas condominiais com tratamento.

Economia e conforto na moradia:

- Realizar discussão junto aos núcleos de famílias (com auxílio técnico adequado) sobre a iluminação e ventilação nas moradias;
- Com a liberação do crédito habitação, definir as equipes de compra de materiais e fazer planejamento do mutirão de construção;
- Empregar alvenaria de pedra, quando essa existir, em quantidade que possa ser utilizada, economizando material para a fundação, os pisos e as paredes;
- Nos casos em que há barro adequado, confeccionar tijolos de adobe e/ ou solo-cimento – ideal para construções realizadas em mutirões;
- Construir varandas e beirais, minimizando os impactos do sol e vento nas regiões do cerrado. Na ausência de recursos, uma opção barata é a utilização de palha de coqueiro na cobertura;
- Preparação antecipada de mudas (árvores frutíferas e de sombra) para serem plantadas no ato do parcelamento, ao redor do local da moradia. Em áreas de cerrado degradado, é preciso agilizar a obtenção de sombras, visando à melhoria no micro-clima ao redor da casa. A demora na liberação dos créditos atrasa esse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil nas últimas décadas gerou uma população eminentemente urbana e avanços em termos da industrialização. Entretanto, além de perpetuar uma das sociedades mais desiguais do planeta, esse modelo vem priorizando o agronegócio como o maior gerador de divisas para o País por meio das exportações. Esse modelo agrícola tem feito do Brasil um dos maiores produtores de soja e carne do mundo, mas não tem contribuído para diminuir a fome ou o êxodo rural.

A forma de ocupação do território estudado continua marcada pela apropriação das terras por uma classe social que detém o poder econômico, e conseqüentemente o político. No entorno do Distrito Federal, historicamente, a ocupação foi marcada por latifúndios de pecuária extensiva convivendo com núcleos de agricultura de subsistência numa relação de dependência. A modernização da agricultura contribuiu para o aumento dos índices de concentração fundiária e da exploração da mão-de-obra.



Após a conquista da terra, as dificuldades enfrentadas se assemelham ao quadro nacional de carências nas áreas de moradia, saúde, educação, transporte, infra-estrutura (água e energia) e créditos para a produção, o que interfere diretamente na qualidade de vida dentro dos assentamentos. Os órgãos competentes, apesar do discurso de preocupação social do atual governo federal, não se encontram, com a estrutura e o orçamento, adequados para atender às demandas. A atuação governamental, impositiva, não proporciona maior participação da comunidade local. Realiza a desapropriação, mas não investe o capital necessário para garantir uma produção com retornos a longo prazo. Os governos não têm considerado a realização da Reforma Agrária como um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento nacional. Permanece a lógica de apaziguar pressões sociais. Sem alterações na estrutura da concentração de terras, a tendência é que os conflitos continuem existindo, ampliando a tensão com as áreas do agronegócio.

O ônus arcado pelas famílias no processo de exclusão social corresponde: primeiro, à descapitalização e pobreza anterior a fase de acampamento (agravada nesse período); segundo, ao conseguir a terra, deparam com uma área “*devastada*”; e terceiro, enfrentam o descaso da atuação governamental e a ausência de políticas públicas adequadas para a população do campo. Agravando essa situação, as formas de parcelamento comumente empregadas desconsideram o sítio natural.

O enfrentamento a estas questões provém da capacidade organizativa do MST para reivindicar as demandas existentes e pressionar o governo. A atuação do MST é de fundamental importância para fazer pressão sobre o governo, cobrando posicionamento das autoridades. Mas, devido às dificuldades enfrentadas nos assentamentos atuais e a necessidade de realização das linhas políticas do movimento, o MST passa, também, a discutir com as famílias nos acampamentos a forma do parcelamento e busca liderar o processo de construção dos novos PDA's a serem implantados. Neste contexto, o papel do Estado na viabilidade dos assentamentos necessita ser reconstruído, não somente como política social, mas como política de desenvolvimento socioeconômico, com perspectivas de recuperação de áreas degradadas e estimulando modelos de produção agroecológicos. Este processo seria estratégico para a construção de um modelo de desenvolvimento para o campo alternativo ao hegemônico, fornecendo as bases para um processo de transformação deste quadro no futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J. M. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998. 402 p.

BERTRAN, P. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: SOLO, 1994. 270 p

BERTOLINI, V.A. OCUPANDO O CERRADO – *Avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal*. 183 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BOGO, A. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador : Memorial das Letras, 1999. 160 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras/Universidade de Brasília. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1997.134 p.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CORNELL, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*. Tradução e composição de Frank Svensson. 1 ed. Brasília: Editora Alva, 1998. 236 p. Título Original: Bygge av stad och land.

FERNANDES, B. M. *MST – formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 318 p.

GOUVÊA, L. A. C. *Cidade vida: curso de desenho ambiental urbano*. Brasília, Universidade de Brasília, 2004. Trabalho de licença sabática.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Manual para apresentação de projetos de organização territorial das áreas de assentamento do INCRA*. Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*, 1995/1996. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

LEITE, S. HEREDIA, B. MEDEIROS, L. PALMEIRA, M. CINTRÃO, R.(Coord.). *Impacto nos Assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p. Estudos NEAD n. 6.

MARTINS, A. F. G. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: “as comunidades de resistência e superação no MST”*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA. *O que levar em conta para a organização dos assentamentos – a discussão no acampamento*. n. 1. São Paulo, maio de 2001. *Caderno de Cooperação Agrícola*.

\_\_\_\_\_. *Cadernos de Formação do MST*. n. 21 - Publicações internas.

\_\_\_\_\_. Página na internet desenvolvida pelo MST. *Apresenta histórico e dados gerais sobre o movimento*. Disponível em : <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> .

SANTOS, M. *O País Distorcido*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

SVENSSON, Frank. *Visão de Mundo – Arquitetura*. Brasília : Edições Alva., 2001.175 p.

TAVARES, M. S. O. C. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: ocupar, resistir, produzir e preservar: o caso do assentamento Terra Conquistada*. 2002. 174 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

VEIGA, J. E. *O que é reforma agrária*. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 88 p.